

Ministério Público constata fraude no Enem em Minas Gerais e Mato Grosso

Uma investigação do Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) em parceria com a Polícia Civil de Minas confirmou nesta quarta-feira (26) que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi fraudado. Segundo o delegado da Polícia Civil Antônio Prado, a quadrilha conseguiu os cadernos de questão antes da aplicação das provas, em Mato Grosso. Segundo as investigações, entre 15 e 20 candidatos tiveram acesso às respostas.

Este grupo é considerado pela polícia uma das principais organizações criminosas especializadas em fraudar vestibulares no país. No último domingo, 23 de novembro, 11 pessoas foram presas em flagrante, repassando o gabarito das provas, por ponto eletrônico, a 22 candidatos que prestavam vestibular para a Faculdade de Ciências Médicas, em Belo Horizonte. Outra pessoa acusada de integrar o grupo foi presa nessa terça-feira (25). Os 12 integrantes do grupo estão presos preventivamente.

Representantes do MP-MG e da Polícia Civil informaram que, somente nos últimos meses, quatro vestibulares de medicina, a maior parte no estado de São Paulo, além do Enem, foram fraudados. Os investigadores também constataram que até janeiro de 2015 a organização pretendia atuar em outros cinco certames.

O grupo contava com “pilotos”, pessoas com alta capacidade intelectual, que faziam parte das provas rapidamente, saíam com os resultados das questões e, com o apoio de colaboradores e sob a coordenação de dois líderes, repassavam o gabarito para os candidatos, compradores das vagas, por meio de transmissão eletrônica, com a utilização de equipamentos de última geração, alguns deles importados da China.

As vagas para os vestibulares, conforme apurado, custavam entre R\$ 50 mil e R\$ 70 mil, e a maior parte do valor somente era depositada para o grupo criminoso após confirmada a aprovação do candidato. Pais dos candidatos suspeitos de comprar vagas também poderão ser investigados. Eles poderão ser indiciados e denunciados por fraude em certame de interesse público.

Já os operadores da fraude poderão responder pelos crimes de formação de organização criminosa, fraude em certame de interesse público, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

Segundo o Ministério Público, os vestibulares e exames fraudados poderão ser anulados caso não se consiga identificar todas as pessoas favorecidas. A medida poderá ser tomada tanto via administrativa, caso o ente responsável pelo certame considere apropriado, quanto por meio judicial, se o Ministério Público comprovar o dano à coletividade.

Procurado pela reportagem da Agência Brasil para se manifestar sobre a investigação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disse que não foi informado, sequer contatado, pela Polícia Civil de Minas Gerais sobre o teor das investigações. “O Instituto já solicitou à Polícia Federal informações sobre o caso. O Inep reafirma que qualquer pessoa que tenha utilizado métodos ilícitos para obter vantagens no Enem será sumariamente eliminado do exame, sem prejuízo a outras sanções legais”, disse em nota.

Fonte: Último Segundo/ Agência Brasil

Data: 26 de novembro